



# Mulher na mineração: dois lados

Nos últimos anos, o setor mineral tem buscado maior presença feminina na linha de produção. Porém, apesar dessa maior diversidade no mercado de trabalho, as mulheres ainda estão entre as mais atingidas em áreas minerárias



Foto: Arquivo Pessoal



## O que mudou na mineração cinco anos após Brumadinho?

João Bosco Silva é sócio da Cambridge Family Enterprise Group no Brasil, engenheiro metalúrgico pela Escola de Mineração de Ouro Preto, MBA pelo International Institute for Management Development (IMD), na Suíça, foi CEO da Votorantim Metais e da Rio Tinto Alcan.

Em 25 de janeiro de 2019, o Brasil vivenciou uma imensa tragédia quando a barragem da Mina Córrego do Feijão, da Vale, se rompeu em Brumadinho (MG), matando 270 pessoas e contaminando toda a região. Para piorar, três anos antes a mineração já tinha sido responsável por outra catástrofe no Estado, com o rompimento de uma barragem da Samarco em Mariana, que vitimou 19 pessoas e causou um desastre ambiental.

Com minha experiência de mais de duas décadas no segmento de mineração e atuando na governança de empresas, inclusive em Conselhos de Administração de mineradoras, me causou indignação observar as falhas técnicas e administrativas que levaram ao ocorrido.

Entendo que nada pode compensar ou reparar as perdas de vidas e os impactos em Brumadinho. Mas passados cinco anos do desastre, quero analisar o que mudou desde então: os avanços nas empresas e na fiscalização para evitar novas tragédias.

Não havia como manter a legislação intacta depois do que ocorreu. Foram criadas exigências, os sistemas de monitoramento evoluíram e ganharam transparência e as empresas tiveram de se comprometer com ações e prazos.

A fiscalização das barragens é feita pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que as classifica conforme

níveis de risco tendo como parâmetro protocolos e avaliações de empresas especializadas. O sistema de monitoramento tem 907 barragens catalogadas. Destas, 454 estão enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens, sendo que 67 são de alto risco. Mensalmente, o órgão emite um relatório público apontando a evolução de cada uma na avaliação de risco, as inspeções realizadas e as ações tomadas, dando transparência à informação.

Apesar de a agência ainda não contar com recursos humanos para uma fiscalização mais efetiva, percebo que existe nas mineradoras uma consciência da necessidade de evoluírem na prevenção.

A legislação também proibiu a construção de novas barragens com sistema a montante (o mesmo de Brumadinho e Mariana) e exigiu que as mineradoras criassem programas e definissem prazos para descontinua-las.

Desde 2019 foram emitidas seis resoluções da ANM definindo protocolos e normas para a gestão e o monitoramento de barragens. Das 64 barragens com sistema a montante que existem no Brasil, de acordo com os dados da entidade, 43 estão em Minas Gerais. Hoje, há quase um engenheiro geotécnico por barragem, analisando o solo e potenciais riscos.

Em Minas Gerais, foram definidas normas mais rigorosas por meio da lei que ficou conhecida como “Mar de

Lama Nunca Mais” (2019). Ela estipulou um prazo de até dois anos para o descomissionamento das barragens a montante e obrigou as empresas a fazerem um depósito caução até a finalização do processo sob pena de multa ou interdição. A última informação indica que 10 barragens foram descharacterizadas e 54 estão com o processo em andamento. Além disso, as empresas têm de fazer uma análise de risco indicando áreas afetadas em caso de acidente e promover treinamentos de evacuação.

Antes das duas tragédias, as mineradoras enxergavam as barragens como um investimento sem retorno. Por isso, buscavam as opções mais econômicas, como o sistema de barragem a montante, que permitia fazer alteamentos a baixo custo conforme a barragem atingia capacidade máxima. Uma solução improvisada, pode-se dizer. Hoje, essas construções não são mais permitidas. Os desastres geram aprendizados. Há uma nova tecnologia em uso com risco próximo a zero. Nela, o rejeito tratado e estocado a seco é compactada como um aterro sanitário para evitar que as chuvas forcem o escoamento.

**“Quero analisar o que mudou desde então: os avanços nas empresas e na fiscalização para evitar novas tragédias”.**

## EDITORIAL

### “Minas” nas minas: a fotografia de um novo tempo

Não faz muito tempo. Há pouco mais de duas décadas, o ambiente de uma mineração tinha jeito de “Clube do Bolinha” — um cenário clássico de antiga revista em quadrinhos. Chama a atenção o lema da agremiação: “menina não entra”. O garoto Bolinha era o presidente. Nesse contexto, sua “namorada” Luluzinha e amigas não conseguiam nem passar nas proximidades da instituição infantil.

As empresas de extração mineral também funcionavam assim. A paisagem tinha a configuração de um reduto de homens. O local exibia desfiles de caminhões gigantes, “monstruosas escavadeiras” e “exóticas” pás carregadeiras. Esse conjunto mais parecia enredo de filmes de ficção. O acentuado empenho físico dos trabalhadores assumia relevante protagonismo nesse script. E mais. Os turnos de revezamento duravam extenuantes oito horas. As atribuições operacionais exigiam vigor e as tarefas de manutenção eram desgastantes. As usinas de beneficiamento, por outro lado, não eram bons exemplos de limpeza e organização, apesar dos esforços de conscientização das equipes de Segurança do Trabalho.

Uma situação resta muito clara: não dá para imaginar a primazia das mulheres numa estrutura dessa natureza. As escassas funcionárias exerciam suas funções em confortáveis escritórios, muito distantes das áreas de produção. Foi necessária muita resiliência para demolir o sólido paradigma: “menina não entra”.

A radical transformação, porém, aconteceu e a consequência imediata ficou muito perceptível: “as meninas” (minas) invadiram as minas. Atualmente, as operárias (operadoras de complexos dispositivos) são importantes atrizes no cotidiano da extração e tratamento de minérios.

Uma circunstância fundamental facilitou essa metamorfose social e trabalhista: o desenvolvimento tecnológico. O manuseio das máquinas ficou mais acessível. A maioria desses equipamentos funciona por meio de modernos computadores. Essa nova era significou uma reviravolta extremamente positiva, pois a notável performance feminina trouxe sofisticação, elegância e eficiência para um universo tradicionalmente rústico.

Consolidou-se, dessa forma, uma impactante realidade: “minas” altamente capacitadas em minas (de ferro, ouro ou manganês). Essa é a fotografia de um novo tempo.

**“Atualmente, as operárias (operadoras de complexos dispositivos) são importantes atrizes no cotidiano da extração e tratamento de minérios”**

## EXPEDIENTE

**DeFato**

**Diretor Administrativo**  
Thiago Jacques  
thiago@defatoonline.com.br

**Gerente Comercial**  
Rachel Furtado  
rachel@defatoonline.com.br

**Redação**  
Guilherme Guerra  
Mariana Ribeiro  
Sara Zeferino  
Victor Eduardo  
jornalismo@defatoonline.com.br

**Editorial**  
Fernando Silva

**Editores de Jornalismo**  
Fernando Silva  
Gustavo Linhares

**Fotos Capa**  
Principal: Divulgação/Anglo Gold Ashanti  
Entrevista: Divulgação/OAB

**Gerente de Produção**  
Marina Colombo  
opec@defatoonline.com.br

**Gerente Financeiro**  
Cleise Martins  
financeiro@defatoonline.com.br

**Diagramação**  
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda  
gerencia@pontepropaganda.com.br

**Impressão:**  
Gráfica Pinus

# Mar de Lama Nunca Mais: “Essa é a maior lei ambiental da história do Estado de Minas”, afirma promotor

Carlos Eduardo Ferreira Pinto é coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente

Foto: Divulgação/OAB-MG

A lei aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e sancionada em 25 de fevereiro de 2019, um mês depois do desastre da Vale, em Brumadinho, significou um avanço para o Estado e inspirou a legislação federal. A afirmação é do promotor do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Caoma).

Em entrevista ao “Mundo Político”, da TV ALMG, Carlos Eduardo lembra que a alma da lei é a proibição das barragens a montante e a descaracterização das que ainda estão ativas. Ele também fala da sensação de impunidade que pode ser causada sem responsabilização criminal dos responsáveis pelas tragédias de Mariana e Brumadinho.

**A Lei Mar de Lama Nunca Mais, aprovada pouco após a tragédia de Brumadinho foi muito celebrada pelas partes envolvidas. Cinco anos depois, qual balanço pode ser feito em termos de efetividade da norma?**

Essa é a maior lei ambiental da história do Estado de Minas Gerais. Ela foi aprovada, como você disse, em 2019, em razão de Brumadinho, mas ela deveria ter sido aprovada em 2016, após Mariana.

Ela demorou, mas ela traz um avanço significativo no controle dessas estruturas. Se os dois desastres de Mariana e Brumadinho trouxeram grandes consequências

**“A descaracterização significa dizer que a barragem deixa de ser barragem, ela não vai ser mais operada”**

**“A lei criminal não foi feita para punir grandes crimes e grandes empreendimentos em caso de rompimento”**

para o nosso Estado, o avanço mais significativo como marco regulatório foi a Mar de Lama Nunca Mais.

Uma grande resposta, com resultados extremamente positivos para a sociedade mineira e que inspirou a política nacional

**Quais os pontos que o senhor destacaria como principais avanços?**

A alma da lei é a proibição das barragens à montante, que são os dois métodos de Mariana e Brumadinho, tido como mais econômico e menos seguro. E também a principal obrigação, que é a descaracterização de todas as barragens à montante do nosso Estado.

A descaracterização significa dizer que a barragem deixa de ser barragem, ela não vai ser mais operada e com isso ela vai ser estabilizada e passará a ser uma estrutura inerte capaz de trazer segurança para a sociedade mineira.

**A a lei estabeleceu inicialmente um prazo de três anos para a descaracterização das barragens, mas apenas dez das 54 existentes no Estado foram desativadas nesse período e 16 até agora, passados cinco anos. Por que essa dificuldade?**

Porque a descaracterização exige cautela. Então aquele prazo pré-estabelecido de três anos foi um prazo geral e genérico para todas as estruturas. Quando se venceu o prazo,



Promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, do Ministério Público de Minas Gerais

que foi em fevereiro de 2022, de três anos, nós tínhamos um desafio no Estado, que era pela primeira vez assumir o controle de cada processo de descaracterização, tirando das mãos das empresas que detinham a técnica e o tempo que levaria para a descaracterização.

Então foi muito importante individualizar esse processo, porque para descaracterizar uma barragem é preciso ser rápido o suficiente para minimizar o risco para a sociedade, mas também cauteloso. É um dilema que nós temos que enfrentar, porque você não pode incrementar. Você não pode acelerar passos que são necessários para a técnica.

Então todos os acordos definidos foram no sentido de que as obrigações das empresas têm obrigações de fazer no menor tempo possível e com a utilização da melhor técnica disponível no mundo.

**A ausência de responsabilização criminal é uma das maiores queixas dos atingidos. Caso não ocorra, o senhor acredita que ela aumenta uma sensação de impunidade?**

Aumenta a sensação de impunidade e é preciso alterar a lei federal. A lei criminal não foi feita para punir grandes crimes e grandes empreendimentos em caso de rompimento. Ela foi criada para a punição de homicídios, de crimes em tese comum.

Então, infelizmente, as empresas e esses acusados se escudam no sistema judiciário baseado em leis já obsoletas e que não tratam a gravidade desses crimes de grande magnitude, empresariais, de grandes consequências.

Então, é muito importante, sim, uma alteração legislativa para que, se não é possível trazer esses entes queridos que foram assassinados, mas que possam minimizar trazendo uma sensação de alguma punição.

# O cardume das mulheres atingidas pelo projeto Minas-Rio, da Anglo American

Como são as experiências das mulheres das comunidades Gondó, Córregos e Passa Sete, atingidas pela mineradora Anglo American

Foto: Kennet Anderson

Um cardume. É assim que Marli Peixoto, de 25 anos, descreve a comunidade onde vive. Gondó fica no município Conceição do Mato Dentro e é um dos cardumes ameaçados pela Anglo American. A mineradora é responsável pelo projeto Minas-Rio, que também se estende para os municípios Alvorada de Minas e Dom Joaquim.

Os impactos vão desde a poeira do minério que invade as casas até a insegurança ao sair delas. Atualmente, Marli mora com seus dois filhos. Criar duas crianças num território atingido por mineração traz desafios inesperados: “Elas se assustam muito com as explosões e o desmonte da Anglo ali na serra”.

Lilian Costa, de 45 anos, moradora do distrito de Córregos, também precisou educar a filha adolescente para lidar com os efeitos da mineração predatória: “Aí, foi crescendo, tudo foi mudando e agora ela entende os impactos, porque começa a estudar também”.

**“A gente é família. Imagina um cardume, todo mundo juntinho, é muito gostoso!”, diz Marli.**

Elizete Pires tem 24 anos e mora na comunidade conceiçonnense Passa Sete, a 1,8 km de uma barragem da Anglo American. A estudante de Licenciatura em Educação do Campo conta que a aparição de animais selvagens, como onças e serpentes, se tornou corriqueira. “Apareceu muito quando eles começaram mesmo a desmatar a serra, a explorar”, afirma.

As queixas são acolhidas pela Assessoria Técnica Independente (ATI) que atua nos territórios atingidos pelo Minas-Rio. A ATI 39 do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab) foi a responsável por cadastrar as 354 famílias atingidas e afirma que mais da metade dos questionários foram respondidos por mulheres.



A comunidade de Gondó é um dos territórios atingidos pela mineração da Anglo American

Foto: : Kennet Anderson



Moradores do distrito de Córregos lutam para ser reconhecidos como pessoas atingidas pela Anglo American

## Pesquisa aponta impactos sociais nas comunidades

Um estudo técnico feito pela ATI entre 2021 e 2023 aponta indícios de violência contra mulheres nesses territórios. A pesquisa revela ocorrências de violência doméstica, abandono parental e falta de rede de apoio.

A analista multidisciplinar ligada ao estudo, Allany Souza, apontou

relatos de mulheres agredidas por seus companheiros. Além disso, registrou a submissão de crianças e adolescentes a chamados “casamentos” com homens mais velhos, além de uma consequente evasão escolar.

Se, antes, era um costume caminhar sozinha pela rodovia

MG-010, agora Elizete precisa que seu pai a acompanhe para pegar um ônibus, por exemplo. “Mulher dificilmente anda na MG-010 sozinha, porque aumentou o tráfego de caminhões e acontece muito assédio, principalmente com caminhoneiros”, conta.

# “A gente tem que se provar muito mais”: como é ser mulher na mineração

Em um ambiente historicamente dominado por homens, as mulheres conquistam o seu espaço e protagonismo

Segundo o movimento Women in Mining Brasil (WimBrasil), que faz levantamentos sobre a participação das mulheres no setor da mineração, apenas 21% do corpo funcional das empresas mineradoras em atividade no País é composto por mulheres. Segundo o relatório divulgado em 2023, a proporção é de uma mulher para cada quatro homens presentes no ramo da mineração.

A Vale informou que encerrou o ano de 2023 com cerca de 7.500 empregadas a mais do que em 2019, ano em que estabeleceu a meta de dobrar a representatividade de gênero na força de trabalho. Segundo a mineradora, o objetivo é chegar a 26% de mulheres até 2025 e construir um ambiente cada vez mais inclusivo.

**“A proporção é de uma mulher para cada quatro homens presentes no ramo da mineração”**

Ainda segundo o levantamento do WimBrasil, o número de contratações de mulheres apresentou um aumento entre os dados de 2022 e 2023, subindo de 32% para 43%. Para a engenheira de Minas, Bruna Canesso, o setor da mineração é um ambiente machista e que, diversas vezes, diminui o trabalho das mulheres. “Em diversos momentos, a mulher, e foi assim comigo, a gente tem que se provar muito mais do que os homens. A gente tem que se esforçar para mostrar aquilo que a gente sabe, a gente gasta

muita energia para poder provar que a gente é capaz de estar ali”, conta a engenheira.

Apesar desse cenário, a engenheira celebra o aumento da presença feminina no setor da mineração. Ainda que em uma porcentagem menor quando comparada à presença de ho-

mens, as mulheres têm conseguido ocupar esses espaços. “A gente vê um movimento das empresas também nesse sentido. Por mais que as pessoas façam a cultura, existem as grandes empresas que promovem a diversidade e buscando trazer mulheres para esses lugares”, diz.

Foto: Arquivo pessoal



Engenheira de Minas, Bruna Canesso

Foto: Arquivo pessoal



Cristiane Sebastião atua no setor de mineração há mais de 16 anos

## Diversidade e perspectiva de futuro no setor mineral

Cristiane Sebastião é outra mulher a ocupar um espaço predominantemente composto por homens. Na Vale há mais de cinco anos, ela é gerente de implantação de descaracterização de barragens e projetos geotécnicos e atua no setor de mineração há mais de 16 anos. Além da rotina nas minas, Cristiane é diretora do movimento Women In Mining Brasil. “As empresas estão dando a atenção devida para a diversidade e entenderam o quanto esse movimento pode gerar muitos benefícios”, afirma.

Olhando para o futuro, Bruna Canesso espera que a presença das mulheres seja cada vez mais natural. “Natural-

mente a gente vai chegar e não precisar mais de movimentos, de vagas afirmativas, de programas voltados para a inclusão de mulheres em cursos técnicos”, anseia. “A expectativa para o futuro é encontrar mulheres líderes em diversos cargos, que seja algo mais natural”, completa a engenheira.

**“O número de contratações de mulheres apresentou um aumento entre os dados de 2022 e 2023, subindo de 32% para 43%”**

# Ana Sanches assume a presidência do Conselho Diretor do Ibram

Cerimônia na sede da instituição, em Brasília, formalizou a atual presidente da Anglo American como a primeira mulher a comandar o seu conselho

Foto: Divulgação/Ibram

Diante de centenas de convidados, entre autoridades e empresários de vários setores, Ana Sanches, presidente da Anglo American no Brasil, assinou o termo de posse no cargo de presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), na noite do dia 20 de março, na sede da instituição, em Brasília. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo máximo do conselho.

Em seu pronunciamento, Ana Sanches destacou que a diversidade de gênero nas empresas e instituições não deve ser encarada como um embate entre homens e mulheres, em que todos perdem, mas, sim, uma união de forças: “juntos somos muito mais fortes. Esta é a força da diversidade, dos diferentes olhares”.

A nova presidente do Conselho Diretor também ressaltou a importância do Ibram para congregar a indústria mineral e agir na defesa dos interesses setoriais, bem como para expor a verdadeira mineração à sociedade, que é a que contribui para o desenvolvimento socioeco-

nômico do País, além de ser essencial para a vida humana e o futuro do planeta.

“A gente não vive em sociedade sem a mineração. Temos o dever de fazer mineração que gere recursos, renda, mas que tenha muita responsabilidade social, muita escuta, muita humildade com as comunidades onde estamos inseridos, muita vontade de fazer cada vez melhor e com mais responsabilidade com a transparência. A gente tem que colocar a cara para fora, tem que contar nossas histórias para as pessoas e é importante engajar coletivamente e esta é a força do Ibram que pode nos conduzir nesta jornada. Juntos somos mais fortes”, declarou Ana Sanches.

**“Temos o dever de fazer mineração que gere recursos, renda, mas que tenha muita responsabilidade social”, disse Ana Sanches**



A CEO da Anglo American, Ana Sanches, na cerimônia de posse como presidente do Conselho Diretor do Ibram

## “Nosso rumo é voltado para o desenvolvimento, para a equidade”, destaca Raul Jungmann

Foto: Milca Santos/Ibram

No discurso de posse de Ana Sanches, o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, falou sobre a nova presidente do Conselho Diretor. “Nosso rumo é voltado para o desenvolvimento, para a equidade, para o respeito às pessoas e preciso destacar a questão da diversidade. A Ana não está como CEO da Anglo American por outro motivo que não seja pela sua competência de 27 anos profissionalmente muito bem disciplinados, uma formação excelente em várias áreas do conhecimento, experiências em vários cargos nas empresas onde construiu sua

carreira. Por ser mulher, Ana é um símbolo também. Ibram tem 47 anos de existência e nunca tivemos uma mulher que nos representasse, somos um setor masculino”, destacou.

Também discursaram no evento o vice-presidente do Conselho Diretor do Ibram, Ediney Maia Drummond; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli; e o prefeito de Conceição do Mato Dentro e presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig), José Fernando Aparecido de Oliveira (MDB).



Fernando Azevedo e Silva, vice-presidente do IBRAM, Raul Jungmann, diretor-presidente do IBRAM, e as conselheiras Ana Sanches e Ediney Drummond





# VISITA ORIENTADA

**A experiência imersiva da Câmara de Itabira!**

**Faça parte das Visitas Orientadas** da Escola do Legislativo e conheça todos os detalhes do Poder Legislativo Municipal. Uma experiência formativa e imersiva que está disponível para estudantes de toda a cidade. **Esperamos você!**

**Para agendamento de visitas:**

 (31) 3839-1579

 [escoladolegislativo@itabira.cam.mg.gov.br](mailto:escoladolegislativo@itabira.cam.mg.gov.br)



ESCOLA DO  
LEGISLATIVO  
DE ITABIRA

Professor Paulo Neves

Educação para a participação cidadã



**Câmara  
de Itabira**

LEGISLATIVO INDEPENDENTE  
E ATUANTE

# Itabirano Luciano Penido pede demissão do Conselho de Administração da Vale

Em nota, a mineradora agradeceu os serviços prestados pelo conselheiro e informou que “seguirá o curso regular de seus trabalhos”

Conselheiro independente da Vale, o itabirano José Luciano Duarte Penido renunciou ao cargo em 11 de março. Ele foi um dos dois membros do Conselho de Administração da mineradora a votar contra a extensão do mandato de Eduardo Bartolomeo, que se encerrava em maio deste ano e foi ampliado para 31 de dezembro.

Luciano Penido defendia um mandato maior para Bartolomeo, entendimento compartilhado pelo também conselheiro Paulo Hartung. A postura deles era para evitar uma possível interferência do governo federal na Vale. “No conselho se formou uma maioria cimentada por interesses específicos de alguns acionistas, com agendas bastante pessoais e outros com evidentes conflitos de interesse”, disse.

O itabirano estava no conselho da Vale desde 2019 e a sua saída abre uma vaga de conselheiro independente que será preenchida por acionistas mino-

**“No conselho se formou uma maioria cimentada por interesses específicos de alguns acionistas lá representados”, criticou Penido**

ritários. O estatuto da mineradora prevê que o conselho pode ter 11 a 13 membros e, com a saída de Penido, o colegiado pode ficar com 12 integrantes até a próxima eleição de conselheiros prevista para abril de 2025.



Foto: Divulgação/Fibra

José Luciano Penido decidiu deixar o Conselho de Administração da Vale



Foto: Esdras Vinícius

Complexo da Mina de Conceição, em Itabira, é operada pela Vale

**“Luciano Penido estava no Conselho da Vale desde 2019 e a sua saída abre uma vaga de conselheiro independente”**

## Qual o posicionamento da Vale sobre a saída do conselheiro?

A Vale afirmou, na noite de 12 de março, em comunicado, que a atuação de seu conselho no processo de definição do presidente da companhia “está rigorosamente em conformidade com o estatuto social” e com o “regimento interno e políticas corporativas”.

A empresa disse ainda que seu conselho de administração seguirá “desempenhando as ações previstas nos processos de governança” e “executando sua missão de forma diligente”. A mineradora também agradeceu aos serviços prestados por Luciano Penido.

## Penido critica tentativas de interferências na mineradora Vale

Em sua carta de renúncia, Luciano Penido afirmou que, “no conselho se formou uma maioria cimentada por interesses específicos de alguns acionistas lá representados, por alguns com agendas bastante pessoais e por outros com evidentes conflitos de interesse”.

Ele também declarou não acreditar mais “na honestidade de propósitos de acionistas relevantes da empresa no objetivo de elevar a governança corporativa da Vale ao padrão internacional de uma corporation (companhia sem controle definido)”.



# TRF publica decisão que livra ex-presidente da Vale de ações penais pela tragédia de Brumadinho

Para os desembargadores, não há provas de que Fábio Schvartsman tenha sido negligente com as medidas de segurança

A Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), em Minas Gerais, trancou duas ações penais contra o ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019. Ele respondia por homicídio qualificado e crimes ambientais. A decisão foi unânime, por 3 votos a 0.

Os desembargadores concluíram que não há provas de que o ex-presidente da Vale soubesse dos riscos de falha ou tenha sido negligente com as medidas de segurança. O julgamento foi concluído ainda em março, com o acórdão sendo publicado no dia 27 do mesmo mês, no Diário Oficial de Justiça.

“A ausência de demonstração da efetiva participação de Fábio

**“O MPF pode oferecer novas denúncias contra Fábio Schvartsman, desde que tenha como base novas provas”**

Schvartsman na conduta criminosa e, portanto, de indícios de autoria, configura ausência de justa causa, o que justifica o trancamento da ação penal”, defendeu o desembargador Flávio Bason Gambogi, relator do habeas corpus.

O Ministério Público Federal (MPF) pode oferecer novas denúncias contra o ex-presidente da Vale, desde que as acusações tenham como base novas provas. O órgão também pode recorrer contra o trancamento das ações.



Fábio Schvartsman durante depoimento à CPI de Brumadinho, no Senado, em 2019

Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

## A Prefeitura trabalha, a saúde avança, e a cidade ganha mais vida.

Nos últimos anos, a saúde pública está cada vez mais presente em Conceição do Mato Dentro.

O resultado é mais atendimento e mais diversificação na oferta de exames e serviços, garantindo mais saúde e qualidade de vida para toda a população.

### NUPICS

(Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares). De 200 atendimentos (2020) para **800 atendimentos** (2023).

### CEMO

(Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas).

Mais de **26 mil** atendimentos desde 2020.

### Hospital Imaculada Conceição

Maternidade. De 89 partos (2020) para **282 partos** (2023).

### SAMU

**1.485** ligações e **595** atendimentos presenciais desde 2022.



**Conceição**  
DO MATO DENTRO

PREFEITURA MUNICIPAL • 2021-2024  
JUNTOS POR UM NOVO TEMPO



# Vale repassa mais de R\$ 300 milhões e conclui pagamento para reparação de Barão de Cocais

Recurso deve ser destinado a ações de fortalecimento do serviço público e demandas da comunidade

Foto: Divulgação/Vale

Para a realização de investimentos no serviço público municipal e atendimento às demandas da comunidade, a Vale realizou, em janeiro e fevereiro deste ano, depósito judicial de aproximadamente R\$ 290 milhões, como parte das ações de compensação para o município de Barão de Cocais, na região Central de Minas Gerais.

O repasse foi definido em agosto de 2023 por meio de acordo firmado junto às instituições de Justiça — Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público Federal (MPF) —, além da Prefeitura de Barão de Cocais e Arquidiocese de Mariana, que figurou como interveniente em acordo com valor total de R\$ 527 milhões distribuídos entre obrigações de pagar e de fazer da companhia.

Com os últimos depósitos, a Vale já realizou o repasse de mais de R\$ 300 milhões e concluiu as obrigações de pagamento previstas no documento. O recurso depositado judicialmente deverá ser usado pelo município para custear projetos que gerem benefícios localmen-

**“O recurso deverá ser usado pelo município para custear projetos que gerem benefícios locais”**

te em áreas como Saneamento Básico, Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e Infraestrutura. Além disso, cerca de R\$ 32 milhões serão destinados a projetos da comunidade, que deverão ser escolhidos por meio de orçamento participativo.

A população receberá o apoio de assessoria técnica independente para a condução da seleção dos projetos. Para custear a contratação, também foi depositado em conta judicial o valor de R\$ 2 milhões. Além disso, foi cumprido o compromisso de repassar R\$ 20 milhões para projetos que serão conduzidos pela Arquidiocese de Mariana, como a restauração da Igreja Nossa Senhora Mãe Augusta do Socorro e seu acervo, além de um valor para custear a elaboração e execução de projetos para implementação de medidas compensatórias.



Barragem Sul Superior da mina Gongo Soco, em Barão de Cocais

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Coopnera – Cooperativa dos Garimpeiros de Nova Era LTDA, usando de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social, na Rua do Armazém, 15, Nova Era, MG, no próximo dia 08.04.2024 em 1ª convocação as 14 horas com a presença de 2/3 dos associados. Caso não haja número para instalação ficam deste já convocados para a 2ª convocação as 15 horas no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do total de associados. Persistindo a falta de “quórum” legal, a Assembleia realizar-se-á, então, no mesmo dia e local, em 3ª e última convocação, às 16 horas, com a presença de no mínimo 10 associados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, para discussão e julgamento, do relatório do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Sobras, referentes aos períodos-base encerrados em 31.12.2020 a 31.12.2023; b) Destinação dos resultados apresentados nos balanços; c) Eleição para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o período de 04.2024 a 04.2027; d) Ratificação dos atos praticados pelo Conselho de Administração no período de 02.2021 a 04.2024; e) Assuntos de interesse geral. Nova Era, 28 de março de 2024.

**Rafael Bueno Guerra.**

## Entenda o que é o acordo de Barão de Cocais

O Acordo de Reparação de Barão de Cocais firmado no dia 18 de agosto de 2023, em audiência de conciliação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), da 2ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, foi motivado pelas evacuações ocorridas em 2019 após o aumento do nível de emergência da barragem Sul Superior, da Mina de Gongo Soco.

O documento tem como objetivo definir e formalizar os próximos passos do trabalho de reparação às comunidades impactadas. Conforme foi pactuado, o acordo contempla programas relacionados a transferência de renda, fortalecimento do serviço público municipal e demandas das comunidades atingidas.

Gabriel R. de Souza Zanon comunica nesta publicação a perda do seu diploma de Enfermagem, curso concluído em 2010 na faculdade de Unipac, em Itabira, Minas Gerais.

# Itabira e São Gonçalo do Rio Abaixo vencem o Prêmio Municípios Mineradores

Outras três cidades mineiras também conquistaram a honraria: Itabirito, Itatiaiuçu e Piracema

Foto: Divulgação/Acom/PMI

Em sua segunda edição, o Prêmio Municípios Mineradores foi dominado por cidades de Minas Gerais. Das oito categorias do concurso, seis foram vencidas por representantes mineiros e outras duas foram lideradas por localidades de Goiás. Itabira levou a melhor em “Gestão” enquanto São Gonçalo do Rio Abaixo faturou em “Educação” e “Meio Ambiente”. A solenidade de premiação aconteceu em Brasília, no Distrito Federal.

Essa não é a primeira vez que Itabira é premiada na categoria “Gestão” — tendo faturado o troféu também na primeira edição do concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). “A categoria Gestão premia um pilar fundamental para o sucesso de uma administração municipal. É para que todos sintam muito orgulho. Muito feliz, em nome de todo povo de Itabira, em erguer este troféu pela segunda vez. Significa muito para a nossa caminhada em prol de uma cidade justa e sustentável e de um território minerador que possa promover também a diversificação econômica”, disse o prefeito Marco Antônio Lage (PSB).

**“Muito feliz, em nome de todo povo de Itabira, em erguer este troféu pela segunda vez”, afirmou Marco Antônio Lage**

**“Só de estar entre os finalistas demonstra o reconhecimento da busca contínua por uma gestão responsável”, disse Nozinho**

Indicada em seis categorias, São Gonçalo do Rio Abaixo acabou faturando dois prêmios. O prefeito do município, Raimundo Nonato Barcelos “Nozinho” (PDT), destacou o reconhecimento ao trabalho realizado pela cidade. “Diante dos critérios estabelecidos para essa premiação, só de estar entre os finalistas demonstra o reconhecimento da busca contínua por uma gestão responsável, utilizando os recursos da mineração na promoção do desenvolvimento sustentável visando a qualidade de vida dos são-gonçalenses”, ressaltou.



Presidente do Ibram, Raul Jungmann, e o prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage

Foto: Divulgação/Acom/PSGRA



Ao centro, Nozinho, prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo, e Raul Jungmann

## Saiba quem são os outros vencedores do Prêmio Municípios Mineradores

Três outras cidades mineiras também se destacaram nesta edição do Prêmio Municípios Mineradores. Itabirito ganhou a categoria “Crescimento Econômico”; Itatiaiuçu faturou em “Finanças”; e Piracema ficou com o primeiro lugar em “Infraestrutura”. O estado de Goi-

ás levou dois troféus com Ouvidor, em “Proteção Social”, e Alto Horizonte, em “Saúde”.

A edição deste ano da premiação contou com 200 municípios que possuem atividades mineradoras, sendo 78 do Sudeste, 47 do Centro-Oeste, 32 do Norte, 26 do Nordeste e

17 do Sul do Brasil. Todas as cidades participantes recebem receita de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) igual ou superior a 5% da arrecadação municipal do ano anterior.



## BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Divulgação/Governo de Minas



### Após 20 anos, Contorno de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, é finalizado

As obras de encabeçamento da ponte de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, foram concluídas, colocando fim em uma espera de 20 anos da população da região. A entrega faz parte das intervenções de infraestrutura viária do Contorno de Minas Novas, que contempla, além da finalização da ponte de 150m, um quilômetro de pavimentação do trecho que liga à BR-367.

Após duas décadas paralisadas, a obra foi reiniciada em julho de 2023, por meio de um convênio com a prefeitura do município. Foram investidos cerca de R\$ 3,18 milhões pelo Governo de Minas.

### MGC-262: concluídas mais de 60% das obras na estrada entre Barão de Cocais e Caeté

A pavimentação da MGC-262, trecho que liga Barão de Cocais a Caeté, na região Central de Minas Gerais, já apresenta uma evolução de 62% dos serviços executados. A expectativa é de que, com o fim do período chuvoso, a obra ganhe mais ritmo e seja totalmente concluída no final de 2024, conforme prazo contratual.

No trecho de 28,5 km são realizados melhoramentos, pavimentação, implantação e restauração da via. As obras contemplam ainda o contorno de Barão de Cocais, construção de viaduto sobre a ferrovia da Vale e instalação de viaduto metálico sobre a Ferrovia Centro Atlântica (FCA). As intervenções contarão com investimento total de R\$ 138 milhões.

Foto: Divulgação/DER-MG



Foto: AESCOM/ANTT



### Novo modelo de concessão da BR-381 é aprovado pela ANTT

Foi aprovada no dia 14 de março a nova proposta de Plano de Outorga para realização de leilão da BR-381. O trecho previsto tem extensão de 303,4 km e fica entre os entroncamentos da rodovia com a BR-262, em Belo Horizonte, com a BR-116, em Governador Valadares. O novo modelo de concessão da rodovia foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) durante a 82ª Reunião Extraordinária de Diretoria.

Agora a proposta aprovada segue para análise do Ministério dos Transportes e, em seguida, do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo a ANTT, estão previstos mais de R\$ 9 bilhões em investimentos no trecho.

### Cavalgada de São Gonçalo terá cerca de R\$ 33 mil em prêmios no concurso de marcha

No dia 7 de abril, às 12h, acontece o tradicional Concurso de Marcha, no último dia de programação da Cavalgada de São Gonçalo do Rio Abaixo, no Parque de Exposições Edirlei Moreira Lacerda, reunindo criadores e animais de diversas regiões do Estado.

Este ano, o concurso contará com 20 categorias, incluindo Mirim e Amazonas, além do Campeão dos Campeões e Campeão Reservado. Ao todo, são cerca de R\$ 33 mil em prêmios.

Foto: Elisângela Bicalho/Acom/PMSGRA





**Itobira**  
Cidade de Todos

prefeitura\_itobira  
www.itobira.mg.gov.br

**UBS. DR. MAURO DE ALVARENGA**



- Reforma e construção de UBS
- Fábricas sociais
- Esporte para todos e todas!
- Passagem mais barata e Programa Integração!
- Facilita Trabalho

**Itobira segue em frente sem deixar ninguém para trás**

Agora é

# realidade